

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES

PRECLUSÃO PROCESSUAL CIVIL

Estática e Dinâmica

ANISSARA TOSCAN

PREFÁCIO
MANOEL CAETANO
FERREIRA FILHO


INCLUI VERSÃO
ELETRÔNICA DO LIVRO

Coleção
Liebman

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretora Responsável
MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo
JULIANA MAYUMI ONO

Editores: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Administrativo Editorial: Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial
Coordenação
JULIANA DE CICCIO BIANCO

Analistas Editoriais: Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Luciano Mazzolenis J. Cavalheiro

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cintia Mesojedovas Nogueira, Cinthia Santos Galarza e Maria Angélica Leite

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Toscan, Anissara

Preclusão processual civil : estática e dinâmica / Anissara Toscan. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015. -- (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini)

Bibliografia.
ISBN 978-85-203-6376-8

1. Preclusão (Direito) - Brasil 2. Processo civil - Brasil I. Wambier, Teresa Arruda Alvim. II. Talamini, Eduardo. III. Título. IV. Série.

15-06021

CDU-347.933(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Preclusão : Processo civil 347.933(81)
2. Preclusão processual civil : Brasil : Direito 347.933(81)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	13
PREFÁCIO	15
NOTAS INTRODUTÓRIAS	17
PARTE I – ESTÁTICA	
SEÇÃO PRIMEIRA: O CONCEITO DE PRECLUSÃO	
1. “PRECLUSÃO”: UM <i>CHIOVENDIANISMO</i>	25
2. O GRADATIVO DELINEAMENTO DA PRECLUSÃO <i>CHIOVENDIANA</i>	31
3. NEGAÇÕES PELA DOUTRINA ITALIANA	39
4. REFORMULAÇÕES POSTERIORES NA DOUTRINA ITALIANA	45
5. PANORAMA DOUTRINÁRIO BRASILEIRO	53
5.1 Segue. A preclusão incidente sobre o juiz segundo a doutrina nacional	60
6. VALORAÇÃO CRÍTICA ACERCA DO CONCEITO DE PRECLUSÃO	71
6.1 Diz respeito a ônus processuais, não a faculdades	73
6.2 Importa exclusão, e não perda	80
6.3 Afasta-se das ideias de dever e de sanção	81
6.4 Incide sobre direitos processuais das partes, direta e reflexamente	84
6.5 Opera sobre o juiz (apenas) de modo reflexo-indireto	85
6.6 Preclusões como normas de comportamento e de julgamento	88
6.6.1 O óbice à alteração da decisão incide desde sua publicação, e não apenas depois de precluso o direito da parte de recorrer: fenômeno diverso da preclusão	92

6.7 Arremate do capítulo: importância e utilidade científica da redefinição do instituto nos termos propostos	94
---	----

SEÇÃO SEGUNDA: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES DO INSTITUTO

7. NATUREZA JURÍDICA	97
8. EFEITOS	103
8.1 Preclusão, inadmissibilidade e invalidade	104
8.2 Repercussão endoprocessual	105
8.3 Ônus perfeitos e imperfeitos	105
9. FUNÇÕES POSITIVA E NEGATIVA	109
10. LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS	111
11. CLASSIFICAÇÃO	113
11.1 Preclusão temporal	114
11.2 Preclusão lógica	116
11.3 Preclusão consumativa	119
11.4 Breves parênteses: a “preclusão” hierárquica	122
12. RACIONALIDADE	125
12.1 Reflexão: preclusão, justiça, segurança jurídica	127
12.2 Segue. Razões publicísticas da preclusão	131
12.3 Ainda: preclusão e responsabilidade	134
12.4 Preclusão, contraditório-cooperação e lealdade processual	138

PARTE II – DINÂMICA

13. PREMISSA: ATUAÇÃO DINÂMICA DOS ÔNUS PROCESSUAIS	143
14. O SISTEMA DE PRECLUSÕES DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO PREVISTO NO CPC DE 2015: REFLEXÕES APROXIMATIVAS AO REGULAMENTO ESTABELECIDO PELO CPC DE 1973	147
14.1 A fase postulatória	147
14.1.1 A petição inicial	148
14.1.1.1 Indeferimento da petição inicial e julgamento liminar de improcedência do pedido	153

14.1.2	As respostas do réu	155
14.1.2.1	A contestação	158
14.1.2.1.1	Segue. A réplica	162
14.1.2.2	A reconvenção	163
14.1.2.3	As exceções	165
14.1.3	Princípio da eventualidade	166
14.1.4	A estabilização da demanda	168
14.1.5	Matérias que admitem dedução extemporânea	168
14.1.6	Especificação das provas cuja produção é pretendida	170
14.2	A fase saneadora	170
14.3	A fase instrutória	173
14.3.1	A prova documental	173
14.3.2	A prova pericial	175
14.3.3	A prova oral	176
14.3.4	A iniciativa instrutória do juiz	177
14.3.5	As alegações finais	180
14.4	A fase decisória	181
14.5	A fase recursal	182
14.5.1	Embargos de declaração	182
14.5.2	Agravos	184
14.5.3	Apelação	187
14.5.4	Recurso adesivo	190
14.5.5	A unirrecorribilidade	191
14.5.6	Preclusão consumativa e emenda ou correção de recursos	192
14.6	Arremate do capítulo	196
15.	BREVES PARÊNTESES: POSIÇÕES JURÍDICAS E ATOS PROCESSUAIS NÃO SUJEITOS A PRECLUSÃO	199
15.1	Faculdades processuais	199
15.2	Erros materiais	200
15.3	Deveres processuais	202
15.4	Matérias conhecíveis de ofício	202
15.5	Jurisdição voluntária	204
16.	PRECLUSÃO E TUTELAS PROVISÓRIAS (DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA)	205
16.1	O CPC de 1973	205
16.2	O CPC de 2015	208
16.2.1	Tutelas (provisórias) de urgência incidentais	209
16.2.2	Tutelas (provisórias) de urgência em caráter antecedente	210

16.2.2.1	Tutela antecipada em caráter antecedente	211
16.2.2.2	Tutela cautelar em caráter antecedente	216
16.2.2.3	A fungibilidade de mão dupla	218
16.2.3	Tutela (“provisória”) da evidência	219
17.	PRECLUSÃO E AÇÃO MONITÓRIA.....	223
17.1	O decreto d’ingiunzione italiano e a ação monitoria prevista pelo CPC de 1973	223
17.2	O CPC de 2015	225
18.	PRECLUSÃO E NEGÓCIOS PROCESSUAIS	227
19.	PRECLUSÃO E JULGAMENTO PARCIAL DE MÉRITO.....	235
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
	BIBLIOGRAFIA	243